

Relatório do SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Data: 25 e 26/03/2013; **Local:** Mato Grosso Palace Hotel, Rua Joaquim Murtinho, 170 – Centro, Cuiabá.

Objetivo: Situar o Mato Grosso no contexto da macropolítica econômica e seus impactos socioambientais, identificar políticas prioritárias e estratégias de enfrentamento.

Programação:

Dia 25 de março de 2013				
Hora	Tema	Metodologia	Objetivos	Facilitadores(as)
8:30	Abertura: mística, objetivos e importância do debate.			
9:00h	MESA 1 – Os Mega projetos e seus impactos socioambientais.	Exposição de temas e debate em plenária	Contextualizar a macro política econômica e mapear os mega projetos em MT apontando os impactos socioambientais	Bruno Milanez – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) "As macropolíticas econômicas e de desenvolvimento no contexto nacional" Débora Calheiros – EMBRAPA PANTANAL/UFMT – "Macroprojetos de infraestrutura na Bacia do Alto Paraguai/Pantanal - energia e transporte fluvial x manutenção dos serviços ecológicos da região" Inácio Werner – CBFJ – Coord. da Mesa
11:00h	Intervalo			
11:20h	Debate em plenária			
12:30h	Almoço			
14:00h	Reinício	Exposição de temas e debate em plenária	- Análise da construção de políticas públicas para agricultura familiar; - Experiências locais e estaduais de articulação e enfrentamento.	Julianna Malerba - Núcleo de Justiça Ambiental e de Direitos – FASE. "Processos de exclusão agricultura familiar camponesa, dos movimentos sociais e populações tradicionais;" Luiz Scaloppe – Ministério Público Estadual (MPE) – "Papel da sociedade civil no controle e monitoramento das Políticas Públicas". Heitor Medeiros – Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). "As experiências regionais e estaduais da sociedade civil no enfrentamento em Mato Grosso". Vilmon Alves Ferreira – Coord. da mesa
14:30h	MESA 2 – Processos de exclusão e estratégias de enfrentamento;			
15:30	Intervalo			
16:00h	GTs ou debate plenária –			
16:20h	Caminhos de enfrentamento.			
17:30h	Encerramento			
Dia 26 de março de 2013				
8:00h	Reinício	Exposição e apresentação de experiências	Apresentação de experiências da ANA e do GIAS na formulação de políticas públicas no Brasil e em MT, e uma análise do código florestal para a Agricultura Familiar.	Jorcelina Ferreira – ICV. O código florestal e os desafios para a agricultura familiar Paulo Petersen – ASPTA/ANA – Experiências participativas na formulação da política nacional de agroecologia. James Cabral - FASE MT /GIAS – A Rede de Resgate de Sementes Tradicionais e o MT Agroecológico. Fátima Aparecida de Moura (Cidinha) - Coordenação da mesa. Miraci Pereira e Nério Gomes - ARPA (Mirassol) – Agroecologia e PAA/PNAE
8:30h	MESA 3 – Políticas públicas, Agroecologia e Código florestal; desafios para Agricultura familiar camponesa.			
10:00h	Debate em plenária e formação de grupos.			
10:30h	Intervalo			
11:00h	Apresentação Vídeo: Caminho das Sementes de MT (GIAS)			
11:20h	Apresentação e debate de experiências concretas em Agroecologia e SAF's.			
12:30h	Almoço			
14:00h	Elaboração de proposições coletivas para estratégias comuns de ação para o FORMAD.	Elaboração de uma pauta de ações e estratégias de políticas públicas para articulação com as organizações filiadas e parceiras do FORMAD em todo estado de Mato Grosso	Coordenação do FORMAD e Equipe executiva	
16:00h	Avaliação/encerramento			

25/03/2013

Introdução

O Seminário de Políticas Públicas Socioambientais teve como objetivos, princípios e pontos de partida a ideia de fomentar discussões e oportunizar, enquanto tema tangente às publicações e discussões do Formad, a reflexão sobre o estado da arte das **políticas públicas** e de que maneira os poderes executivo e legislativo em discussões com a sociedade civil dialogam. Contudo é preciso refletir sobre como a sociedade realiza o **controle social** a partir de suas vivências e, nelas, suas demandas, a fim de mensurar em que medida o poder público transita, apoia ou não suas práticas e modos de vida.

ARTICULAÇÕES E METAS: O Formad agrega, juntamente com outros grupos e redes, esta discussão a fim de que a **organização e organicidade de movimentos e grupos sociais em conjunto com instituições do terceiro setor se posicionem de forma articulada para aumento da incidência política e que permitam aumento do controle social**. Este seminário pretende também criar uma lupa sobre as questões mato-grossenses, mas sem perder a perspectiva macro a fim de que o fomento à massa crítica e às possibilidades de inclusão de novas pautas permita aos diversos atores do estado algum grau de participação nos campos decisórios. Os diversos grupos que, a partir de 2008, saíram de sua invisibilidade comparecem a este evento com o objetivo de incluir pautas e demandas que, a rigor, não são apreciados pelo Estado.

Participaram ao todo cem pessoas entre filiadas do Formad e representantes de outras entidades como organizações socioambientais, sindicais, estudantes, agricultores/as familiares, quilombolas e indígenas, técnicos/as, secretarias municipais e estaduais, movimentos sociais do campo e da cidade, universidades, instituições educacionais, redes, conselhos e fóruns.

Mesa 1: Os Mega projetos e seus impactos socioambientais.

A primeira mesa buscou ampliar o olhar sobre as políticas macro e, também, identificar os megaprojetos e seus impactos socioambientais e, portanto, mapear e identificar as políticas macro para que, a partir da situação ou situações analisadas, se possa tecer críticas e perceber de que maneira estas políticas são convergentes ou se afastam das questões dos grupos de interesse do Formad.

BRUNO MILANEZ (RBJA) teceu considerações sobre as Macropolíticas de desenvolvimento no contexto nacional: dimensões do neodesenvolvimento. Analisou sua estrutura em termos de origens, regulação apropriada, competitividade, transformação, críticas e seus limites.

O Neodesenvolvimentismo (conceito proveniente da Economia) representa uma nova estratégia de desenvolvimento enquanto ideário normativo de práticas e novas

premissas, portanto novas estratégias que vão dar o tom e os rumos do país à nova realidade requerida dentro da perspectiva capitalista a partir de propostas políticas de desenvolvimento econômico no país nos seguintes períodos ou marcos macroeconômicos: Liberalismo; Desenvolvimentismo; Neoliberalismo e, finalmente, Neodesenvolvimentismo.

Em termos de infraestrutura a malha industrial brasileira não estava preparada para a abertura do mercado interno e isso empurra o Brasil para a exportação de commodities e produtos primários. Isso se modifica no governo Lula no fortalecimento do Estado com incentivos e fomento na indução à continuidade de exportação na falta de políticas de Estado e nas políticas públicas e isso se traduz em falta de apoio no campo micropolítico na medida em que o governo gravita em torno de questões pontuais.

Na perspectiva Keynesiana há uma complementaridade entre Estado e Mercado na medida em que o papel do estado se insere como regulação apropriada na influência sobre políticas públicas em termos de controle e serviços (desemprego, inflação, distribuição de renda) e isso se apresenta também num viés liberal em que teoricamente um país idealmente rico (em desenvolvimento) fará transferência de renda de maneira "automática". Nesse campo a redução de desigualdade se dará, portanto, apenas e tão somente a partir de um Estado forte e com crescimento econômico.

Por outro lado, como o Estado está aliado ao mercado (burguesia interna) o fortalecimento da infraestrutura representa a facilitação às empresas a fim de que sua competitividade se dê por via da diminuição de dificuldades à exportação (hidrelétricas, ferrovias, portos, etc...). Esta é uma espécie de fomento por via do financiamento indireto o que também requer, concomitantemente, a formação de "empresas campeãs" com créditos, subsídios, apoio às fusões e apoio diplomático [caso da Bolívia na intervenção sobre a questão da Petrobrás X Gás] a fim de que a malha econômica seja fortalecida com expansão do consumo interno e externo que mantenha a pujança nos setores estratégicos da economia nacional, mas com os olhos e ouvidos voltados ao cenário/mercado internacional.

Nesse sentido uma série de ajustes na economia (taxa de juros X taxas de câmbio) com desajustes e desentendimentos entre setores e ministérios do governo leva a crença de que a economia está muitas vezes à deriva. É assim que assistimos às transformações produtivas em ações (com políticas explícitas ou não) que cambiam entre estratégias de curta duração em tensões internas (ao governo) com paralisias hiperativas, ou seja, apostas de curto prazo em projetos fomentados, mas não estruturados. **O contexto macropolítico e econômico orientado à uma política neodesenvolvimentista apostando no neoextrativismo em que o setor primário e de commodities é priorizado em detrimento de práticas ancestrais. Como saber quais são, de fato, políticas prioritárias de curta, média e longa duração?**

Algumas críticas que podem ser tecidas, dizem respeito às questões estruturais e ao modelo neodesenvolvimentista, mas também:

- Crescimento econômico como condição para redução de desigualdade;
- Negligência quanto aos limites ambientais (com sérios impactos socioambientais, tal como na saúde, fraturas sociais e culturais e, também, na degradação ambiental);
- Indiferença quanto ao contexto internacional (como o caso da implantação de siderúrgicas no país, contrariamente ao contexto de um mercado que absorva sua produção);
- Aposta em políticas econômicas “adequadas”;
- Baixa capacidade estratégica em apostas de longo prazo (indefinição de prioridades em áreas);
- Políticas híbridas: neoliberalismo (controle inflacionário) junto ao Neodesenvolvimentismo (instrumentos de políticas industriais), vantagens comparativas na redução de juros ou câmbio que garante apenas “sobrevivência” de empresas de alta lucratividade;
- Reprimarização e neoextrativismo: participação dos minerais e combustíveis na pauta de exportação de alguns países da América Latina.

Isso se traduz em políticas de exportação com cerca de 50% de produtos extrativistas entre eles etanol, soja e açúcar (19%).

DÉBORA CALHEIROS contextualizou a questão do Pantanal principalmente no nítido esforço em abrir novas áreas de exploração de energia, mas que contradiz todas as convenções internacionais e documentos nacionais e que não representam empecilhos em relação ao avanço sobre a BAP. Note-se que a própria Constituição Federal é afrontada no artigo que versa sobre o Patrimônio Nacional, mas também é uma afronta à Convenção Ramsar - Conservação de Áreas Úmidas de Importância Internacional, ao reconhecimento do Pantanal como Reserva da Biosfera... **Questões legais e que estão invisíveis ou inaudíveis nos discursos e implementação de megaprojetos.**

A vida no pantanal está, por um lado proporcionalmente relacionada com os ritmos de cheia e vazante, por outro, diretamente relacionada com a biodiversidade e, por este motivo, eleita reserva da biosfera. Entre outras coisas, a produção pesqueira representa um grande retorno socioeconômico com reflexos na cultura local no entrelaçamento ecossistêmico em termos dos trabalhos exercidos pelos seres envolvidos. Importante notar que a bacia a que pertencem os rios São Lourenço e Cuiabá recebem 40% de suas águas provenientes deles, enquanto mais de uma centena de empreendimentos hidrelétricos estão projetados para a região, já com 44 empreendimentos instalados. O

cenário apresenta, por uma obviedade, um contexto extremamente adverso na medida em que 70% dos empreendimentos e 70% da água são provenientes da mesa região. A alteração do leque aluvial do rio Taquari que em termos de anos geológicos é uma região de depósitos de sedimentos, tem sido piorada pela ocupação de pecuária em solos de arenitos, principalmente na região do planalto. **Problemas ecossistêmicos e de seus trabalhos nos impactos ocasionados pela instalação de UHEs e PCHs.**

Em termos de saúde ambiental temos a dependência da manutenção ecossistêmica num alto grau de sustentabilidade a partir de manejos racionais e de menor impacto com atividades econômicas que exerçam menor pressão, veja-se o caso das populações ribeirinhas que perdem a capacidade de manutenção de modos de vida, territorialidades, trabalhos ambientais, ou mesmo de pecuária adaptada aos pulsos do pantanal. Isso desaloja fazendeiros, ribeirinhos tanto por processos diretos de expulsão quanto por processos indiretos pela inviabilidade de atividades de baixo impacto em troca de outras atividades (carvoarias, grupos econômicos exógenos, megaprojetos...). Finalmente, bases legais, políticas públicas, acordos internacionais, resoluções e relatórios se apresentam como elos fracos nas políticas nacionais e na proteção aos ecossistemas.

Legalmente há diversas leis que são afrontadas: Decreto 5092 – 21 maio 2004, Lei de Recursos Hídricos – 9.433/97, Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 225, inclusive com a cooptação dos Comitês de Bacias. Além distas há as Resoluções do CONAMA e CNRH e Recomendações CNZU = MMA; Estudos de desenvolvimento / planejamento regionais: EDIBAP, PCBAP, GEF/Pantanal, ANA; Convenções Internacionais: Ramsar - Conservação de Áreas Úmidas e da Diversidade Biológica; Publicações científicas nacionais e internacionais...; Relatórios da WCD e ONU – “Década da Água”, “Metas Ecosistêmicas do Milênio”; 30 anos de pesquisa em ecologia de rios e represas e em saúde ambiental, sendo 23 anos na região...

A confluência de aspectos sociais, econômicos e ambientais deve constar no planejamento a fim de observar as relações de Custo X Benefício em relação às hidrovias e hidrelétricas, já que a inviabilidade econômica de baixo impacto não perpassa as preocupações em megaprojetos ou mesmo na introdução de espécies exóticas como o mexilhão dourado, a construção de siderúrgicas em região de pantanal. **Ausência de audiências públicas de caráter popular e com ampla participação que permita inventariar outros aspectos geradores de impactos.**

O desmatamento já ultrapassa 50%.

São projetadas 135 PCHs para alimentação do sistema financeiro (por sua alta lucratividade), mas sem contribuição energética significativa.

Qual o motivo de implantação de mais usinas hidrelétricas se já há ocupação de 70% da capacidade do setor dentro do planalto? Ora, por sua lucratividade, já que o capital financeiro internacional busca ampliar lucros apostando e investindo em energia elétrica.

Por outro lado, o Ministério Público Federal – MPF, em conjunto com Organizações Não Governamentais - ONGs e iniciativas coletivas e individuais, fez com que as construções fossem paralisadas, embora a pressão econômica e macropolítica exerçam poder sobre as instâncias deliberativas e normativas em relação ao problema mercê de discursos como geração de energia limpa, sustentabilidade, geração de emprego, crescimento econômico, necessidade de geração de energia, entre outros. **Estrangulamento das instâncias deliberativas como espaços de discussão e fortalecimento das lutas socioambientais.**

Plenária:

- IMPACTOS EM NÚMEROS: Ações de enfrentamento e resultados positivos e como? Dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos está em trâmite um estudo sobre o Pantanal em termos de fragilidades e possibilidades, mas isso pode demorar muitos anos e, enquanto isso, no tocante às PCHs no pantanal, apenas o MPF pôde, através de uma pressão da sociedade civil em conjunto com grupos qualificados de cientistas e militantes, judicializar os empreendimentos hidrelétricos.
- Surgimento de ONGs no cenário nacional: incidem positivamente? Textos teóricos sobre neodesenvolvimentismo invisibilizam a participação do terceiro setor. Cooptação de lideranças do terceiro setor para dentro do governo com desmobilização quanto à capacidade crítica. Onda de conferências que não se traduziram em políticas públicas na medida em que as discussões e debates não foram incorporados e, também, mesmo com ou apesar da participação da sociedade não foi possível, talvez por falta de força-poder etc... fazer valer demandas e resultados de diálogos e convergências.
- Elemento Nióbio: como o Brasil tem se posicionado quanto a este novo elemento que tem sido exportado? Tem sido um metal largamente utilizado na tecnologia da informação e Novos códigos (Mineral e Florestal) precisam ser estritamente observados e “controlados” à participação da sociedade, obstante à discussão de um marco legal a portas fechadas. Áreas de relevante interesse mineral são encaradas como estratégicas (o setor mineral observa que muitos pedidos de lavra não têm sido utilizados) e, então, o nióbio entra no elenco de minérios de interesse nacional, assim como o silício, principalmente como minério bruto para beneficiamento no exterior e retorno como tecnologia de valor agregado, pois o Brasil não possui tecnologia de “purificação” de silício (p.ex.: para utilização em produção de placas fotovoltaicas).
- Convergência dos interesses do setor privado e do governo. Como podemos intervir nas políticas? Conselhos são bem vindos? É possível que esses espaços sejam locus de enfrentamento pela sociedade civil? Se a ciência não tem sido

capaz de pautar o debate, o campo político é capaz de fazer isso? **A criação de uma rede de movimentos que possa ser institucionalizada ou institucionalizável pode ser uma saída ao enfrentamento e construção de políticas públicas.** Os estudos sobre o neoextrativismo se apresentam na América Latina num contexto de desalojamento de populações inteiras associadas a políticas compensatórias (bolsas a famílias de baixa renda). Essas políticas estão associadas a governos de esquerda de perfil progressista, mas que tomam novas conformações em países onde governos de esquerda fazem novas leituras em relação à população pobre e tomam para si a responsabilidade de recuperar os territórios e frear processos de desterritorialização (veja-se os casos da Venezuela, Equador e Bolívia). **É preciso rediscutir questões sobre conselhos e deliberações e leis, aproximando a discussão sobre a saúde, projetos, avaliações e direitos humanos em que as possibilidades aumentam na medida em que movimentos sociais e universidade possam dialogar.**

- APROXIMAÇÃO DA PROPOSTA DE HIDROVIAS E LEI DE PESCA. Há um processo de quebra de vínculo entre planalto e planície a fim de que uma discussão ou debate sobre normas que regulamentem atividades pesqueiras e/ou de transporte isolem os estudos sobre os impactos de agrotóxicos na vida e promoção de vida no/do pantanal, gerando situações aberrantes em que políticos historicamente alinhados ao agronegócio discurssem em defesa do pantanal.
- Processos de exclusão numa nova roupagem a partir da não participação da sociedade. Tensão entre políticas públicas diferenciadas, de redução de desigualdades enquanto aposta do governo em processos de exclusão. A expropriação dos direitos de comunidades num claro processo de injustiça ambiental se forma a partir do protecionismo e de políticas neoextrativistas e neodesenvolvimentistas de proteção aos empreendedores internos (talvez externos também), grupos detentores de poder econômico, num discurso de fortalecimento econômico e do desenvolvimento do país na perspectiva de enriquecimento econômico da população através do simples aumento do PIB.

Mesa 2 - Processos de exclusão e estratégias de enfrentamento

JULIANNA MALERBA - Núcleo de Justiça Ambiental e de Direitos – FASE: Processos de exclusão agricultura familiar camponesa, dos movimentos sociais e populações tradicionais.

Os processos de exclusão da agricultura familiar (AF) camponesa, dos movimentos sociais e populações tradicionais podem ser percebidos pelas modificações, por exemplo, da base legal, de todo o arcabouço normativo para que outras formas de exploração e uso do solo, com conseqüente desterritorialização de populações inteiras e, claro, com desaparecimento de lógicas de ocupação outras que não as que se adéquam ao modelo

hegemônico, exploratório e de caráter acumulativo. Nesse sentido o novo código de mineração modifica substancialmente o caráter transitório de exploração mineral. Isto implica num manejo extrativista permanente, de caráter retrógrado, onde os diálogos entre executivo e legislativo se encontram menos em conflito de interesses e mais em convergências orientados pelo neodesenvolvimentismo. Não é à toa que os territórios indígenas também são alvo dessas novas políticas. **A exclusão da AF se dá, neste momento, pela modificação do arcabouço normativo (novo código florestal e de mineração)**

De um lado esta "aliança" significa uma garantia de governabilidade (mas não de governança) em consonância com uma orientação de sentido de desenvolvimento, pois o capital necessita de novos espaços e novos territórios para que continue a se reproduzir, amparado por uma ideologia de desenvolvimento ilimitado, ou seja, **não há limites para o crescimento, daí a falácia do desenvolvimento sustentável.** Assim é que a capacidade de continuar crescendo (projeção de 5% a.a.) requer avanço sobre 5% dos territórios atuais, porém isso requer que, a cada 5 anos, o Brasil tenha que construir uma nova usina hidrelétrica do tamanho de Itaipu (!). **Crescimento econômico como condição de inclusão.**

Ora, a garantia de expansão desses territórios e, portanto, de crescimento requer uma estratégia mediada por financiamento público que avança sobre os "recursos naturais", mas não é sem motivo que o avanço sobre direitos historicamente conquistados e constituídos são alvo de remoções através de propostas de emendas constitucionais como a PEC-215 (Câmara) e 038/99 (Senado), mas também com a ADI 3239/2004 que contesta o Decreto 4887/03 de direitos de uso pelos quilombolas; PEC - 71/2011 que reveem os direitos originários dos povos indígenas, além das PLs 1876/1999 e 1610/1996 que anistia proprietários rurais em relação a desmatamento ilegal aumentando os passivos e regulamenta a mineração em TIs sem consulta informada, respectivamente. Portaria 303/2012 (AGU) que estabelece a ocupação das TIs por bases militares, malhas viárias, empreendimentos. Isso demonstra que uma flexibilização da base legal é necessária, se vivemos num estado de direito, às modificações necessárias aos avanços, esta manobra se alia a portarias que impedem estudos adequados (estrangulando seu tempo de análise e avaliação ou mesmo retirando a primazia destas avaliações e análises de órgãos que têm funções e/ou atribuições atinentes a grupos ou territórios determinados).

Necessidade de avanço sobre territórios para sustentação do crescimento econômico, por isso a necessidade de modificação das leis que permitam este avanço, aliado a uma estagnação dos processos de reconhecimento de territórios indígenas, quilombolas, reforma agrária e de grupos minoritários.

O papel normativo do CTNBio nas sucessivas aprovações de sementes geneticamente

modificadas de grãos de interesse no mercado de commodities ao mesmo tempo em que retira o direito e mesmo políticas públicas destinadas aos agricultores familiares camponeses no sentido de comercialização de produtos e manutenção de suas sementes e matrizes de produção. Neste cenário a diminuição do número de titulações e homologações de territórios (quilombolas e indígenas, respectivamente) se alia à redução de recursos destinados à reforma agrária, contrariamente ao aumento de financiamentos ao agronegócio, projetos concentradores de recursos naturais, de terra e território.

Entre outras coisas, estudos dos contextos socioambientais demonstram suas orientações ideológicas, pois, se de um lado observamos o parco dimensionamento dos impactos diretos e indiretos de empreendimentos sobre comunidades e ecossistemas, de outro assistimos que estudos sobre conflitos do campo a partir de realidades concretas e fartamente documentadas são silenciados ou não são publicizados devidamente.

Atualmente, o debate e polarização de escolhas "infernais" (no campo energético, por exemplo, não é apresentada uma alternativa segura de geração de energia) tem sido a marca deste governo que, contraditoriamente, não privilegia o debate democrático, mas atua de maneira bastante eficaz numa condução de megaprojetos que beneficiam grupos economicamente fortalecidos. Então, é extremamente importante que as demandas e vulnerabilidades sejam consideradas importantes ou mesmo como prerrogativas na perspectiva de ampliação da base de debate à qualidade e garantia de participação social e na criação de salvaguardas nas ameaças que sofrem populações minoritárias e que não possuem as mesmas possibilidades de participação e menos ainda de incidência política.

Debater a importância da participação comunitária e de qualidade para a construção de políticas públicas diferenciadas. Criação de salvaguardas.

HEITOR MEDEIROS (UNEMAT) Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT): As experiências regionais e estaduais da sociedade civil no enfrentamento em Mato Grosso.

Paradigmas ou situações postas são naturalizadas no contexto do consumo dentro de hegemonias (neoliberal, desenvolvimentista, neodesenvolvimentista, crescimento econômico à diminuição da desigualdade social), mas não consideram os aspectos ecossistêmicos e, por isso, os impactos socioambientais com crescente crise ambiental planetária se estabelece na justa proporção em que a capacidade de suporte natural diminui concomitantemente à degradação social.

A perspectiva histórica se apresenta como nossa condição de olhar o mundo e analisá-lo e, nela, observamos a capacidade de resistência dos povos e sua crescente possibilidade de participação, embora tenhamos sido sufocados por diversos movimentos contrários ao alcance de anseios e concretização de objetivos. A capilarização dos movimentos e formas de atuação buscou o estabelecimento de entidades e institucionalização de lutas numa perspectiva crítica com o enfrentamento em setores e espaços que foram criados

pela pressão e articulação dos movimentos ambientalistas e ecológicos, por exemplo.

Neste campo, alguns setores e redes foram pautando o que atualmente é incorporado como discurso do Desenvolvimento Sustentável que incorpora o discurso ambientalista, ainda que de forma falaciosa. É neste contexto que mais de vinte tratados (no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente - FBOMS) foram construídos durante a ECO-92, por exemplo, e que foram avanços e construções coletivas de amplo espectro e aplicação com ganhos qualitativos na sistematização de pautas e lutas históricas.

A cooptação de lideranças não pode ser encarado de maneira leviana, mas requer uma leitura crítica que não deve ser vista como desmobilizadora e, sim, como uma nova forma de luta que tem ganhos e perdas na criação de possibilidades outras que não seriam possíveis na criação de leis, propostas e políticas públicas convergentes com as pautas ambientais, por exemplo. **Trabalho em rede com fortalecimento de ações em múltiplos setores. Articulação de parceiros (Instituições de Ensino Superior - IES, Ministério Público - MP, Movimentos Sociais...)**

A articulação do movimento ou movimentos socioambientais em Mato Grosso precisa de mais vigor e clareza com maior capacidade de organização para o aumento de sua capacidade de enfrentar e de seu poder de fogo. Nesse aspecto a articulação em rede tem sua importância e relevância, mas se equivocou na ocupação dos espaços e formas de representação na medida em que, ao invés de trabalhar em rede, trabalhou em coletivos com uma representação perdendo a capacidade de exercer pressão.

A capacidade de articular parcerias buscou as IES na criação de aval técnico científico, enquanto que os diálogos com o Ministério Público foi crescendo igualmente, ainda que o crescimento da capacidade das elites econômicas e políticas cresceu de verdade. Assim é que o poder hegemônico precisa ser identificado, nominado e também fragilizado, entre elas:

- Injustificadas: manutenção do latifúndio; perda cultural e de biodiversidade; entre outras.

É preciso dar visibilidade a pautas que estão tramitando e não podem ser encaradas como definitivas e definidas: Código Florestal e ZSEE.

No campo das Políticas Públicas que beneficiem a Agricultura Familiar e Agroecologia precisam tomar concretude e, talvez, o melhor exemplo seja a luta dos seringueiros com a legalização das reservas extrativistas contrariamente à lógica capitalista pelo simples fato de que a luta não é pela posse de terra, mas de uso coletivo, ou seja, de BEM COMUM!

Atualmente, algumas lutas precisam ser incorporados pelas redes e fóruns, especialmente o Formad, sendo os pescadores artesanais os principais grupos dada sua vulnerabilidade face ao cerceamento pelo Estado, concomitante à aproximação com

setores conservadores e reacionários.

LUIZ SCALOPPE (MPE) - Ministério Público Estadual (MPE): Papel da sociedade civil no controle e monitoramento das Políticas Públicas

Os retrocessos na sociedade podem, por via dos processos de naturalização dos ganhos no acesso a bens materiais e aburguesamento das classes com a ideia falaciosa do desaparecimento entre esquerda e direito pelo simples fato de que “todos” são iguais perante a lei e de que “todos” podem acessar, de maneira democrática, leis e serviços.

Por outro lado, há lutas mais profundas e intensas em que os interesses se misturam de tal forma que pessoas que deveriam defender as leis ou fazer uso delas num estado democrático de direito se apresentam como contraventores em situações como as de Marãiwatsédé.

A forma como a sociedade incorpora e reproduz o discurso da produtividade é a naturalização de um discurso de um setor da sociedade que não é o único e que não tem sido o principal motor social, pelo contrário, se arvora como a forma de estabelecimento da economia, claro, hegemonicamente e, portanto, como unívoca.

O campo ideológico está posto de tal forma que todos os processos de implantação de megaprojetos tanto quanto de usurpação de territórios em construções e constituições, embora invisível e silencioso.

Nos aparatos do Estado há formas de luta externas e internas a ela que requerem a busca de alianças e parcerias que devem se fortalecer de maneira sinérgica e, nesse sentido, é preciso apoiar a liminar de Coxim contra a construção de 150 hidrelétricas, haja vista sua precariedade em função do forte poder econômico que está enfrentando.

PLENÁRIA

- Como se podem articular formas de ação conjunta entre sociedade civil e MP?
- 70 comunidades rurais, dentre elas 25 comunidades quilombolas e, diante de tudo isso, como nos articular para fazer frente ao discurso de que há recursos às comunidades e que, no campo burocrático, se torna tão difícil?

De fato é difícil num quadro tão reacionário e conservador fazer frente ao discurso hegemônico que se estabeleceu com o discurso.

As conferências das cidades estão ocorrendo e é preciso ocupar esses espaços e fazer valer seus objetivos enquanto possibilidades de construção coletiva em que os representantes devem ser cobrados.

É preciso dar uma resposta concreta a um problema concreto em relação à aspersão de veneno, principalmente no entorno de Territórios Indígenas - TIs notadamente em Maraiwatséde, onde se somam já três mortes de crianças, provavelmente por contaminação. O MP deve intervir no sentido de que, me Maraiwatséde, se faça uma

análise ambiental pelo governo estadual e/ou IES para constatação de envenenamento/contaminação do solo-água-leito de rios por produtos agrotóxicos.

É preciso demarcar um posicionamento claro por parte do movimento socioambiental e, a partir deste, minimamente criar constrangimento pela presença de Blairo Maggi na Comissão de Meio Ambiente do Senado, principalmente após a declaração de que ele não tem cisões em relação a questões de Meio Ambiente ou mesmo em relação ao movimento ambientalista.

Os pescadores não têm sido apoiados pelo movimento ambientalista em virtude da maneira como as leis ambientais têm restringido sua atuação profissional, mesmo de maneira artesanal. **É preciso aliar-nos nas lutas a fim de que o fortalecimento de um segmento social e de outras identidades fortaleça o campo ambiental no sentido da conservação ambiental dos rios onde há manejos de pesca artesanal, por exemplo.**

É preciso entender que o Estado em todo o seu aparato e, portanto, também no campo jurídico isso foi feito de modo que não houvesse dono e, assim, há competências. Ao Ministério Público foi dada uma carga de competência que se justifica pela ausência da sociedade civil em termos organizacionais. Ao MP coube ação que a sociedade civil não teve articulação e informação suficiente para fazer. Nesse contexto é que o MP se fortaleceu de tal forma que está em tramitação a lei que retira seu poder de investigação. **Assim é preciso sair em defesa do MP(!).**

MESA 3 – Políticas públicas, Agroecologia e Código florestal; desafios para Agricultura familiar camponesa.

Jorcelina Ferreira, do Programa Governança Florestal, do Instituto Centro Vida - ICV apresentou o contexto e o texto do novo código florestal e os desafios para agricultura familiar em relação ao uso e proteção da reserva legal e possíveis oportunidades da lei.

James Cabral, da Fase, apresentou a agroecologia como alternativa sócio econômica e ambiental para desenvolvimento da agricultura familiar. Dentre os diversos grupos e articulações que a Fase acompanha, foi apresentada a experiência da Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA, da Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP e do Grupo de Intercâmbio na Agricultura Sustentável - GIAS.

A ARPA envolve 184 famílias em projetos produtivos utilizando práticas agroecológicas na produção que será comercializada via PAA/CONAB e comércio solidário, organizados em 24 grupos de produção agroecológica em dois Assentamentos: Roseli Nunes e Florestan Fernandes.

A ARPEP envolve 30 agricultoras familiares no extrativismo de frutos do cerrado como o beneficiamento do pequi, cumbaru e babaçu. Produzem por ano aproximadamente

25.000kg de produtos: bolachas, pães, e mesocarpo. Participam do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e beneficiam por ano mais de 4.000 alunos de escolas públicas urbanas e rurais, creches e asilos.

Miraci Pereira e Nério Gomes narraram a experiência do GIAS que promove a formação agroecológica e experiências de intercâmbio culturais. Destaca-se o trabalho do banco de sementes tradicionais, guardado pelos próprios camponeses/as, e a troca de sementes. Uma experiência que vem dando certo e que transmite muita esperança para todos.

Elaboração de proposições coletivas para estratégias comuns de ação para o FORMAD

Três Grupos de Trabalho se debruçaram sobre cada uma das mesas temáticas com o intuito de elaborar propostas coletivas de ação comum.

DISCUSSÕES do GT 1: (mesa 1)

Controle social, políticas públicas.

Organização e organicidade de movimentos e grupos sociais em conjunto com instituições do terceiro setor se posicionem de forma articulada para aumento da incidência política e que permitam aumento do controle social.

Contexto nacional e internacional para mapeamento de políticas convergentes ou divergentes do campo agroecológico e da agricultura familiar.

O contexto macropolítico e econômico orientado à uma política neodesenvolvimentista apostando no neoextrativismo em que o setor primário e de commodities é priorizado em detrimento de práticas ancestrais. Como saber quais são, de fato, políticas prioritárias de curta, média e longa duração?

Problemas ecossistêmicos e de seus trabalhos nos impactos ocasionados pela instalação de UHEs e PCHs, em que pesem os aspectos de sustentabilidade das comunidades ao contrário do atual modelo.

Questões legais e que estão invisíveis ou inaudíveis nos discursos e implementação de megaprojetos.

Ausência de audiências públicas de caráter popular e com ampla participação que permitam inventariar outros aspectos geradores de impactos ou que sejam indicadores dos níveis de impactos.

Estrangulamento das instâncias deliberativas como espaços de discussão e fortalecimento das lutas socioambientais.

Encaminhamentos:

É preciso rediscutir questões sobre conselhos e deliberações e leis, aproximando a

discussão sobre a saúde, energia projetos, avaliações e direitos humanos em que as possibilidades aumentam na medida em que movimentos sociais e universidade possam dialogar.

A criação de uma rede de movimentos que possa ser institucionalizada ou institucionalizável pode ser uma saída ao enfrentamento e construção de políticas públicas.

Organização e organicidade de movimentos e grupos sociais em conjunto com instituições do terceiro setor se posicionem de forma articulada para aumento da incidência política e que permitam aumento do controle social.

DISCUSSÃO do GT 2 (mesa 2):

Crescimento econômico como condição de inclusão.

Necessidade de avanço sobre territórios para sustentação do crescimento econômico, por isso a necessidade de modificação das leis que permitam este avanço, aliado a uma estagnação dos processos de reconhecimento de territórios indígenas, quilombolas, reforma agrária e de grupos minoritários.

Encaminhamentos:

Debater a importância da participação comunitária e de qualidade para a construção de políticas públicas diferenciadas. Criação de salvaguardas;

Trabalho em rede com fortalecimento de ações em múltiplos setores. Articulação de parceiros (IES, MP, movimentos sociais...);

É preciso dar visibilidade a pautas que estão tramitando e não podem ser encaradas como definitivas e definidas: Código Florestal e ZSEE;

No campo das Políticas Públicas que beneficiem a Agricultura Familiar e Agroecologia precisam tomar concretude e, talvez, o melhor exemplo seja a luta dos seringueiros com a legalização das reservas extrativistas contrariamente à lógica capitalista pelo simples fato de que a luta não é pela posse de terra, mas de uso coletivo, ou seja, de BEM COMUM(!);

É preciso demarcar um posicionamento claro por parte do movimento socioambiental e, a partir deste, minimamente criar constrangimento pela presença de Blairo Maggi na Comissão de Meio Ambiente do Senado, principalmente após a declaração de que ele não tem cisões em relação a questões de Meio Ambiente ou mesmo em relação ao movimento ambientalista;

É preciso aliar-nos nas lutas a fim de que o fortalecimento de um segmento social e de outras identidades fortaleça o campo ambiental no sentido da conservação ambiental dos rios onde há manejos de pesca artesanal, por exemplo;

Assim é preciso sair em defesa do MP(!);

Discussão da PEC-37 no Seminário de Diálogos entre sociedade civil e MP;

Apoio em relação à decisão judicial a favor da suspensão dos projetos de hidrelétricas;

Posicionamento do Formad em relação à Lei do Pantanal (estadual e PL federal);

Questão de garimpo em Poconé.

Discussão do GT 3 (mesa 3)

- É preciso rediscutir questões sobre conselhos e deliberações e leis, aproximando a discussão sobre a saúde, projetos, avaliações e direitos humanos em que as possibilidades aumentam na medida em que movimentos sociais e universidade possam dialogar.
- A criação de uma rede de movimentos que possa ser institucionalizada ou institucionalizável pode ser uma saída ao enfrentamento e construção de políticas públicas.
- Organização e organicidade de movimentos e grupos sociais em conjunto com instituições do terceiro setor se posicionem de forma articulada para aumento da incidência política e que permitam aumento do controle social.

Discussões:

- Controle social, políticas públicas.
- Organização e organicidade de movimentos e grupos sociais em conjunto com instituições do terceiro setor se posicionem de forma articulada para aumento da incidência política e que permitam aumento do controle social.
- Contexto nacional e internacional para mapeamento de políticas convergentes ou divergentes do campo agroecológico e da agricultura familiar camponesa.
- O contexto macropolítico e econômico orientado à uma política neodesenvolvimentista apostando no neoextrativismo em que o setor primário e de commodities é priorizado em detrimento de práticas ancestrais. Como saber quais são, de fato, políticas prioritárias de curta, média e longa duração?
- Problemas ecossistêmicos e de seus trabalhos nos impactos ocasionados pela instalação de UHes e PCHs, em que pesem os aspectos de sustentabilidade das comunidades ao contrário do atual modelo.
- Questões legais e que estão invisíveis ou inaudíveis nos discursos e implementação de megaprojetos.
- Ausência de audiências públicas de caráter popular e com ampla participação que permitam inventariar outros aspectos geradores de impactos ou que sejam indicadores dos níveis de impactos.
- Estrangulamento das instâncias deliberativas como espaços de discussão e fortalecimento das lutas socioambientais.

Conclusões / síntese

TEMAS

QUESTÃO FUNDIÁRIA

- Regularização fundiária devido à apropriação de terras por latifúndio;
- Sugestão de alternativas de fixação do agricultor no campo com sustentabilidade mediada por uma discussão acerca de alternativas de manutenção de modo de vida no campo;

AÇÕES

Zoneamento Socio Econômico e Ecológico – ZSEE; POLÍTICAS PÚBLICAS – Novo Código Florestal - NCF

- Atos políticos;
- Abaixo-assinado;
- Visitas às instituições e tomadores de decisão;
- Seminários regionais em função das demandas específicas.
- Produção e disseminação de informações e acúmulos dos temas debatidos no âmbito da rede Formad;
- Pautar os temas pertinentes e discutidos neste seminário em outros eventos;
- Quanto ao NCF: sugestão de que o Formad assumira uma discussão crítica, junto a pequenos assentados, sobre manutenção das APPs dentro das premissas do Código Florestal (anterior);
- Adesão e fortalecimento ao Comitê Estadual de Combate aos Agrotóxicos e Pela Vida (buscar e disseminar informações sobre os subcomitês existentes nas regiões do Estado), principalmente pelo avanço da soja.

AGENDAS

- Jornada de Lutas do Encontro Unitário (região norte);
- Seminário (Sinop) – 18 e 19 de abril: Sintep, Adunemat, MST, Secretaria de Educação, MAB discutem os impactos socioambientais da construção da UHE no rio Teles Pires;
- Campanha de sensibilização (CEREST - Colíder): contra os prejuízos causados pelos agrotóxicos utilizados na monocultura, mas também na agricultura familiar (projeto em fase de elaboração);
- Seminários (regionais e final) de apresentação do resultado do projeto/pesquisa sobre os Impactos Socioambientais da Produção de Soja e Cana: Sinop, Barra do Bugres, Região do Araguaia (regionais) e Cuiabá (final);
- Replicação do Seminário de Políticas Públicas em nível regional, adaptado à

especificidade de cada região com apoio das filiadas locais com ênfase nos temas pertinentes (hidrelétricas, Agricultura Familiar, Agroecologia, Contaminação por resíduos sólidos...).

Redes

- Articulação com movimento negro, CPCT, Sepir, associações quilombolas, para pautar o problema do final do convênio para construção dos laudos antropológicos na região do Vale do Rio Cuiabá;
- Replicação do Seminário de Políticas Públicas em nível regional, adaptado à especificidade de cada região com apoio das filiadas locais com ênfase nos temas pertinentes (hidrelétricas, Agricultura Familiar, Agroecologia, Contaminação por resíduos sólidos...);
- Seminários (regionais e final) de apresentação do resultado do projeto/pesquisa sobre os Impactos Socioambientais da Produção de Soja e Cana: Sinop, Barra do Bugres e Cuiabá (final);
- Apoio ao projeto da União Internacional de Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - IUCN junto às comunidades ribeirinhas e pescadores artesanais em relação aos impactos da UHEs (Formad);
- Fora Maggi! Campanha de fortalecimento da Avaaz, disseminação da carta de repúdio nas redes, apuração e esclarecimento sobre denúncia no MP.

Relatoria: Herman de Oliveira

Revisão e composição: João Inácio Wenzel

Anexo: Lista de presença do Seminário de Políticas Públicas – 25-6/03/2013

	Nome completo:	Email	Telefone:	Entidade / Movimento
1.	Adriana W. Regina	dridrwr@gmail.com	9252-2900	OPAN
2.	Ailton dos Santos	agricultura@cotriguacu.mt.gov.br	6692174829	CMMA
3.	Ailton Oliveira de Amorim	ailtoamorim@hotmail.com	66 8433-5529	CMMA / SINTEP /CIPEC
4.	Aline Francisca Camargo	hallynefranci@hotmail.com	066 - 9952-7444	As. Fam.Prod. Ecologica S. Let.
5.	Ana Lucia Jacob		03550430175	Com T / Quilombolas
6.	Anderson Marques Zanovello	zanovellost.cufamt.colider@gmail.com	066 9974 9559	As. Skatistas
7.	Anderson Moreira		9910 7367	MST
8.	Andrea Fanzeres	Andreia.fanzeres@gmail.com	81118748	OPAN
9.	Antonio Eustaquio de Moura	eustaquiodemoura@yahoo.com.br	65 92013897	UNEMAT
10.	Artema Lima	artemalima@gmail.com	81524126	OPAN
11.	Bruno Milanez	bruno.milanez@ufff.edu.b	(32) 9123-3624	Un. Fed Juiz de Fora
12.	Caio Bruno de Oliveira Barbosa	caiobob@formad.org.br	81606303	FORMAD
13.	Cármina Maria de Azevedo	carminamariadeazevedo@hotmail.com	(65) 9640 - 6787	Colaboradora MST
14.	Catarina Lima do Espirito Santo	katheagr@gmail.com	065 9975-5554	MST / FASE-MT
15.	Celi Lima dos Santos Oliveira		65 9984 1210	MST
16.	Charleston Silvestre	charleston77@hotmail.com	6696736590	Coach & Cons. Lider
17.	Clarissa Ayumi Onishi	clarissaayumi@gmail.com	8116-4598	UFMT/ISC
18.	Cláudia Regina Sala de Pinho	claudiapantanal@gmail.com	65 96316824	Rede Com. Trad. Pantaneira
19.	Cristiane Costa da Silva	centroburnier@centroburnier.com.br	65-9917-8141	CBFJ
20.	Dalete Soares Souza		65-9696-7923	MNDH
21.	Débora Calheiros	calheirosdebor@gmail.com	65-9965-4859	Embrapa Pant. /UFMT
22.	Débora Duran dos Santos	debor@gmail.com	(66)96324409	OPAN
23.	Edilene Fernandes Amaral	Kikafernandes9@hotmail.com	9986-8581	ICV
24.	Edina Martins de Oliveira	Edina.sintep@hotmail.com	66-9621-7299	SINTEP
25.	Emir Lucas de Paula Santos		65-9969-8486	Com T / Quilombolas
26.	Eric Silva Macedo	eric.macedo@gmail.com	21 6991 2213	UFRJ
27.	Érica Kazue Sato Catelan			ARPGP
28.	Eudes dos Santos da Silva	eudissantos@hotmail.com	(65)99434036	FASE-MT
29.	Fátima Aparecida Garcia de Moura	cidinha.fase@terra.com.br	65 9972-4969	FASE MT
30.	Fernanda Nazário	Fernanda.fln@hotmail.com	9313-1202	CBFJ
31.	Francileia Paula de Castro	Fran.fase@gmail.com	65-9972-5709	FASE
32.	Frank Eduardo Ferreira de Souza	frankesouza@gmail.com	(65)99542330	Seduc/MT
33.	Gabriela Maria Ulirich			
34.	Gislane Ap. Moreira Maia	gislane.maia@cfs.ifmt.edu.br	66-81014646	IFMT
35.	Heitor Medeiros			UNEMAT
36.	Herman Hudson de Oliveira	tiohermy@gmail.com	6536633625	Formad
37.	Inácio José Werner	inacio@centroburnier.com.br	93189316	CBFJ
38.	Inara Fonseca Ferreira	inarafferreira@gmail.com	65 8152-1903	
39.	Isabel Taukane	isataukane@gmail.com		Instituto Yukamaniru
40.	Isadora Quintão Tavares	qtavares@gmail.com	(65) 81540992/ 9288-9606	UFMT/Direito
41.	IVANA MORAES MELQUÍADES	moramelk@hotmail.com	65-96977230	FASE-MT
42.	James Frank Mendes Cabral	jamesfrank@terra.com.br	3223-4615	FASE MT

43.	Jhony M. de Jesus	Jhony.quilombola@gmail.com	61-8848-3786	Coord. Nac. Quilombo
44.	João Andrade			IVC
45.	João Inácio Wenzel	joaoinaciow@gmail.com	65 99844134	FORMAD
46.	Jocilene Barboza dos Santos	jocilene.tae@gmail.com	65-9282-8676	Sintep
47.	Joelson de Souza Passos	jspassos@ibest.com.br	6599126428	UFMT
48.	Jorcelina Ferreira	Jorcelina.ferreira@icv.org.br	3621-3148	ICV
49.	José Gomes da Silva	Josegomes1977@hotmail.com	9916-0910	FASE
50.	Juliana de Almeida	Jju.almeida@gmail.com	9231-8944	OPAN
51.	Julianna Eluze Carrera Malerba	julianna@fase.org.br	(21) 25367350	FASE RIO
52.	Kaio Chester de Mello Barbosa	chestersullivan12@hotmail.com	066 9662 0442	As. Skatistas
53.	Keka Werneck	keka.werneck@gmail.com	(65) 9922-9445	CBFJ
54.	Laércio Estrela	laercioestrela@hotmail.com	6699855237	Sindicato Rural
55.	LEONEL WOHLFAHRT	leonel.wohlfahrt@hotmail.com	6599439979	FASE.MT ATER
56.	Lindomar de Oliveira Alves	Lindomar.oliveira.mt@gmail.com	65-9618-1740	FASE/MT
57.	Lola Campos Rebollar	lolacamposr@gmail.com	65-84220191	OPAN
58.	Lucas de Oliveira Trevisan	Trevisan225@hotmail.com	66-9912-3432	OPAN
59.	Luciano de Menezes Faria	luciano.menesesfaria@hotmail.com	6581448984	SINTEP
60.	Luis Jorge da Silva	brasilinodasilva@gmail.com	65-3222-3868	ADUNEMAT
61.	Luis Leão		020.405.024-9	UFMT
62.	Luiz Jorge B. da Silva	brasilinodasilva@gmail.com	65-9622-7727	ADUNEMAT
63.	Luiz Scaloppe			Min Púb Est
64.	Manoel Domingos Lucio	mdomingosl@ig.com.br	9952-4173	Quilombola
65.	Maria da Silva Costa Rossi	XXX	XXX	CPT
66.	Maria Doralice da Silva	Dorinhaxequimais.com	9614-4031	SEDUC
67.	Maria Ester G P Maekawa	esterufmt@ig.com.br	(66) 9232-8181	IFMT - Campus Juína
68.	Maria Ivonete de Souza	mariaivonetede@gmail.com	66 9609 09 27	ADUNEMAT
69.	Maria Valeria Morais Silva	upuam@hotmail.com	65-9663-7904	FASE
70.	Marilucia Conceição Figueredo		9943-3450	Com Tradicionais / Quilombolas
71.	Marizete Maria da Silva		9226-2663	
72.	Marizete Mendes da Silva		65-9226-2663	Com Tradicionais / Quilombolas
73.	Marli Keller	marlikeller5@gmail.com	65-9971-6702	Sintep
74.	Mauricio Ermandes de Souza Lima	mauricio_asi@hotmail.com	66 9617 16 23	Artesão
75.	Miraci Pereira da Silva			
76.	Miraci Pereira Silva		9982-8194	MST-ARPA
77.	MURILO ALMISSE MARIANO	marianoflorestal@hotmail.com	(65)99795075	FASE-MT
78.	Norma Aparecida de Oliveira Nobre	normabio@gmail.com	66 9606 7689	As. Mul. Rurais N. G.
79.	Oswaldo Pereira da Cunha Silva	osvaldosilva2001@yahoo.com.br	(66) 96024486	SINTEP/MT -
80.	Paulo Frederico Petersen	paulo@aspta.org.br	21-25514736 / 81940566	ASPTA
81.	Paulo Jasiel Castigio Varalda	pj.varaldauol.com.br	65 3322-2980	OPAN
82.	Quênio Rodrigues de Arruda		9943-3450	Com Trad. / Quilombolas
83.	Radmila Schelle	radmila_schelle@hotmail.com	(65) 99967052	The Un. of Sheffield
84.	Renata M. G. F. Costa	renata@amazonianativa.org.br	66 9928-2090	OPAN
85.	Roberto Rossi	robertorossisj@yahoo.com.br	(65) 3023-2959	Centro Burnier
86.	Rosa Maria Monteiro		33222980	OPAN
87.	Rosane Sebastiana de Almeida		9905-8302	Com Tradicionais / Quilombolas

88.	Rosimar Pereira	rosimar.pereira@seduc.mt.gov.br	9229 0500	Seduc
89.	Sayonara Maria Oliveira da Silva	ssilvasmo@gmail.com	66 84610360	OPAN
90.	Silvio Araujo Pereira	silvioaraujo.adv@gmail.com	65-96346472	Soc. Socio A. e Cult. Fé e Vida
91.	Tereza Neide Nunes Vasconcelos	terezaneide@gmail.com	99826592	SEPLAN
92.	Terezinha Pinto de Queiroz	Terezinhaqueiroz12@hotmail.com	9943-1950	Com Tradicionais / Quilombolas
93.	Valdecir de Carvalho	valdecir1982@hotmail.com	6696715264	
94.	Valdeir Pereira	valdeirsinop@gmail.com	66-9614-5433	SINTEP
95.	Vilmon Alves Ferreira	vilmonvaf.fase@gmail.com	65 3223-4615	FASE MT
96.	Waldemir Guizelini Correia	wguizelini@yahoo.com.br	066 99019743 / 9952-7444	ADSAL
97.	Waldileno Xavier da Silva	waldilenoXavier@hotmail.com	96370857	R. Com. Trad. Pant.
98.	Wanata Carneiro Geraldes		9602-6637	ARPEP
99.	Wanda Carneiro Geraldes		9602-6637	ARPEP
100	Zaneth Mendes da Silva		65-9226-6263	Com Tradicionais / Quilombolas